

VELHO, IDOSO E TERCEIRA IDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

LIZETE DE SOUZA RODRIGUES

GERALDO ANTONIO SOARES

RESUMO:

Analisa os aspectos sociais, culturais e políticos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam as relações sociais estabelecidas entre o grupo dos idosos e o grupo dos não idosos na sociedade contemporânea. Busca conhecer, através da história, os esquemas simbólicos do imaginário e das representações sociais que levam à construção de mitos e crenças enaltecedoras ou estigmatizantes dos grupos de idosos. Tais esquemas, utilizados para manutenção de privilégios e poder, levam uma coletividade a elaborar uma representação positiva de si, estabelecer a distribuição das posições e papéis sociais, exprimindo e impondo crenças comuns e determinando quem são os outros. As categorias velho, idoso e terceira idade são construções sociais utilizadas para situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade, em proveito da ordem social e do poder.

Palavras-chave: história, idoso, poder.

ABSTRACT:

Examines the political, cultural and social aspects related to values, prejudice and symbolic systems that permeate the relationship between the aged and the non-aged people in our society nowadays. Seeks to know through history the symbolic schematta from the imaginary and the social representations that lead to a myth building process as well as exalting beliefs concerning the elderly. Such schematta, if used in order to maintain privileges and power, lead a group to create a positive representation of themselves, establishing each one's social roles, expressing and imposing usual beliefs and pointing who others are. The categories: Old, elderly and third ages are social constructions used to locate the individual in the society and benefit the social order and power.

Key words: History, elderly, power

A abordagem da temática do envelhecimento, inclui, necessariamente, a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam a história das sociedades. Entende-se que envelhecimento é um processo vitalício e que os padrões de vida que promovem um envelhecimento com saúde são formados no princípio da vida. Porém, vale salientar que fatores sócio-culturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional. Dentro de uma visão biogerontológica, Papaléo Netto (2002:10) elaborou o seguinte conceito de envelhecimento:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. (PAPALÉO NETTO, 1996). [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Percebe-se que sob essa ótica de análise, prevalece a visão do envelhecimento no seu aspecto biológico e suas conseqüências no nível individual. Muitos autores já exploraram esse assunto nessa perspectiva. Simone de Beauvoir (1990), por exemplo, acredita que só se falará em velhice quando, além da idade avançada, as deficiências e as perdas biológicas não forem mais esporádicas e contornáveis, tornando-se importantes e irremediáveis causando fragilidade e impotência. A visão de Domenico De Masi sobre essa questão é particularmente interessante. Ele enfatiza que a velhice se reduz aos últimos dois ou três anos que precedem a morte, que geralmente são marcados por inabilidades física e psíquica. A argumentação que ele apresenta nesse sentido assinala uma forma diferenciada e particular de identificar a velhice. Ele afirma que:

Basta observar a progressão das despesas médicas e farmacêuticas: no último ano de vida nós gastamos uma quantia equivalente a que tínhamos gasto [sic] durante toda a vida até aquele momento. E o último mês custa tanto quanto o último ano

inteirinho. Portanto a velhice é calculada não a partir do ano de nascimento, mas tendo como referência a morte (DE MASI, 2000:275).

É importante assinalar que o envelhecimento, por ser um fato biológico e cultural, deve ser observado sob uma perspectiva histórica e socialmente contextualizada. O tratamento dispensado à velhice dependerá dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais ela construirá sua visão dessa última etapa da vida.

A estratégia aqui utilizada para pensar essa questão é buscar, nas representações sociais e no imaginário social, o entendimento das relações de poder estabelecidas entre os indivíduos considerados idosos e o restante da sociedade.

Em face da mudança na estrutura demográfica brasileira decorrente, em parte, do aumento da expectativa de vida, aos indivíduos mais velhos da sociedade estão sendo atribuídos novos papéis sociais. Tais mudanças levam, inevitavelmente, à discussão sobre o conceito de idoso. Da mesma forma, impõe-se o questionamento dos critérios estabelecidos socialmente para determinar a partir de quando um indivíduo passa a ser incluído na categoria de idoso.

Para efeito legal, idoso é a denominação oficial de todos os indivíduos que tenham sessenta anos de idade ou mais. Esse é o critério adotado para fins de censo demográfico, utilizado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas políticas sociais que focalizam o envelhecimento. Como exemplo, cita-se a Política Nacional do Idoso (PNI).

Uma população é considerada envelhecida quando a proporção de idosos atinge o índice entre 10-12% ¹ do total dessa população com tendência ao aumento desse índice percentual. Lima (1996:3) complementa essa informação afirmando que:

O envelhecimento nessas circunstâncias não mais se restringe a poucos indivíduos, estando a velhice cada vez mais presente na vida social. De tal modo que se constitui como alvo de interesses para diversas áreas do conhecimento e das políticas sociais.

Percebe-se o caráter instrumental e social de tal classificação na medida em que ela é utilizada não só para a definição de políticas públicas como também para distinguir e situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade. Nesse sentido Debert (1998) se refere à idade cronológica como sendo uma dimensão fundamental na organização social desde a

¹ PALLONI, Alberto, Susan De VOS and Martha PELAEZ (1999). Aging in Latin América and the Caribbean. CDE Working Paper nº 99-02.

transformação da economia doméstica em industrial. Com a modernidade assiste-se a ampliação do mundo do trabalho que migra do âmbito familiar para o público, provocando mudanças nas estruturas organizacionais das sociedades tais como: a reorganização política, a reorganização do sistema produtivo, e a organização do sistema de ensino. Como afirma Peixoto (2004:15): “Historicamente assistimos a separação entre o mundo do trabalho, agora trabalho industrial, e o da família intimista, a casa; o surgimento da representação do lar como a esfera feminina e da rua como a esfera masculina”.

Retomando-se as argumentações de Debert (1994), uma das conseqüências dessas mudanças foi a institucionalização crescente do curso de vida, ou seja, das etapas da vida em geral. Tomando-se por base o sistema de datação das idades cronológicas, as fases da vida são demarcadas, delimitando fronteiras que dizem respeito ao acesso do indivíduo às várias instituições sociais tais como: o acesso ao sistema produtivo, às instituições educativas e às políticas públicas. Essa datação cronológica funciona como definidora do papel social do indivíduo na família e na sociedade, precisando o momento em que ele deverá ser introduzido no sistema escolar e no mercado de trabalho; determinando o momento em que ele deverá ser contemplado por políticas sociais específicas, datando também, a idade para assunção da responsabilidade civil diante das legislações vigentes.

Questões que antes eram pertinentes ao domínio privado, familiar, passam para o domínio público. E o Estado passou a ser, em tese, o agente responsável pela proteção social, principalmente pelos mais vulneráveis. Porém, na prática, o Estado não assume de fato e de modo satisfatório a sua responsabilidade relativa às questões de proteção social. Apesar das falhas do poder público, no que concerne a sua verdadeira função estatal, a questão do envelhecimento começa, a partir daí, a se constituir em problema social.

Dessa forma, a idade cronológica é estabelecida independentemente da estrutura biológica e do grau de maturidade dos indivíduos, por exigências das leis que determinam direitos e deveres do cidadão e distribuem poder e privilégio. Devido ao seu caráter instrumental, as categorias de idade são construções culturais e sociais arbitrárias que atendem a interesses políticos de grupos sociais na luta pelo poder.

Uma vez que os grupos se definem a partir do lugar social em que se encontram, essa forma de organização social fundamentada na classificação dos sujeitos, cria relações de poder ao promover a hierarquização e a dominação de determinados grupos sobre outros. (BOURDIEU:1999).

Na organização social brasileira a classificação pela idade cronológica privilegia os indivíduos mais jovens em detrimento dos mais velhos, refletindo o sistema de produção

vigente. Isso gera uma série de problemas em torno do idoso, decorrentes das limitações ao pleno exercício da cidadania desses indivíduos numa fase de suas vidas em que o ser humano se encontra biologicamente mais vulnerável.

A forma de conceber e viver o envelhecimento depende do contexto histórico, dos valores e do lugar que o idoso ocupa na escala classificatória dessa sociedade, que ao final serão os responsáveis pela construção social do envelhecer e da velhice.

Em função das constantes mudanças decorrentes da emergência da sociedade pós-industrial, a sociedade contemporânea encontra-se num processo de redefinição de costumes, de comportamentos e conseqüentemente do estabelecimento de novos paradigmas das relações humanas. São novos valores que configuram uma nova visão de mundo, de sociedade, de um novo período histórico que se constrói globalmente. O processo de globalização, impulsionado pela revolução tecnológica (com suporte nas tecnologias microeletrônicas e da era cibernética), é marcado pela instantaneidade e descartabilidade favorecendo o culto da juventude, da beleza, da virilidade e da força física em detrimento da idade madura e da velhice que são associadas à improdutividade e decadência. Há até quem fale em “ideologia da juventude”.

Nesse cenário social de predomínio da efemeridade e da não permanência, há pouco espaço para os idosos que acabam por ficar desprotegidos e marginalizados, contexto esse que tem como resultado a dificuldade de auto-aceitação e mesmo de rejeição, por parte do idoso, de seu próprio envelhecimento.

A construção do significado da velhice é permeada por crenças, mitos, preconceitos, estereótipos que, nesta sociedade expressam-se por meio de representações depreciativas do fenômeno do envelhecimento e do sujeito que envelhece, definindo o seu lugar social.

IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Chartier (1993:17) ao investigar a problemática dos sistemas simbólicos e a estrutura de poder deles resultante, elaborou o conceito de representação que no seu entender consiste dos “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. A prevalecer essa ótica de análise, a representação como questão simbólica diz respeito às práticas sociais. Ela está vinculada e relacionada à formação social de determinado grupo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Bourdieu (1999:XV) dá sua contribuição quando assinala que as representações, por se apoiarem em um sistema simbólico e arbitrário de um determinado grupo, trazem consigo a classificação dos sujeitos, classificação essa entendida como uma “[...] operação que consiste em hierarquizar as coisas do mundo sensível em grupos e gêneros cuja delimitação apresenta um caráter arbitrário”. Tal classificação se corporifica na dominação de determinado grupo sobre outro, e se mostra arbitrária na medida em que não se fundamenta em nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual.

Na representação, cria-se a identidade do outro em relação a um ponto de vista de determinado grupo que usa dessa estratégia numa tentativa da universalização da sua visão de mundo.

A simbologia contida na representação social é fabricada pelos grupos para compor o imaginário social. Com muita propriedade, Baczko (1985) define essa matéria como sendo um sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através do qual ela elabora uma representação de si mesma. Ao definir a sua identidade, está ao mesmo tempo estabelecendo a distribuição das posições e papéis sociais, exprimindo e impondo crenças comuns e conseqüentemente determinando quem são os outros.

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. [...] Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário fosse, o carácter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos [...] (BACZKO, 1985:229).

O artigo supra citado demonstra que, as produções do imaginário materializam-se nas instituições e nas práticas e são utilizadas em proveito da ordem social e do poder vigentes.

É, então, com o respaldo das representações forjadas pelo grupo dos não idosos que foi construído o imaginário social sobre o idoso. Nesse contexto, é evidente que em se tratando de luta pelo poder, o grupo mais forte - o dos não idosos - se encarregou de criar e difundir uma auto-imagem enaltecida paralelamente a uma imagem pejorativa e negativa, ou seja, a dos idosos. A esse respeito Chartier (1991) lembra que a representação, ao apresentar os signos visíveis como “índices seguros” de uma realidade que não existe, constrói estrategicamente uma realidade e uma prática sociais que possibilitam ao grupo mais forte impor aos outros a sua classificação de mundo. É por meio dessa estratégia simbólica que a

visão particular de um grupo alcança a universalização, determinando as relações de poder fundamentadas nas classificações e na hierarquização, ou seja, o respeito e a submissão ao grupo mais forte, configurando uma realidade compartilhada. São os estudos de Baczko (1985), que dão um pouco mais de luminosidade a essa questão quando ele afirma que

[...] o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1985:311).

É do cenário das representações que sairão os termos e as expressões classificatórias como velho e velhote, idoso e terceira idade. Tais termos e expressões são responsáveis pela construção de uma identidade estigmatizada, que acaba por excluir do processo social os indivíduos que se encontram com sessenta anos ou mais.

Ao abordar esse assunto Peixoto (1998) lembra que a expressão Terceira Idade, surgiu na França, a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas envelhecidas. Até então, o tratamento da velhice era pautado na exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. Os termos velho e velhote eram empregados para reforçar uma situação de exclusão daqueles que, despossuídos, indigentes, não detinham *status social*. A designação de idoso era restrita aos indivíduos que tinham *status social* advindo de sua experiência em cargos políticos, decorrente de situação financeira privilegiada ou de alguma atividade valorizada socialmente. De acordo com a autora, essa classificação tem origem numa época em que nas relações do processo de produção, a força de trabalho era o bem que o indivíduo das classes menos favorecidas tinha para vender. A partir da diminuição dessa força ele entrava na categoria de velho, que, sem trabalho e desassistido pelo Estado, potencializava seu estado de pobreza. Essa incapacidade para o trabalho produtivo associa, desde então e até os dias atuais, a velhice à invalidez e à decadência.

Prosseguindo em sua análise, Peixoto assinala que, a partir dos anos sessenta, a nova política social francesa para a velhice aumenta as pensões e conseqüentemente o prestígio dos aposentados. O termo idoso passa a ser utilizado para os textos oficiais em substituição aos termos velho e velhote, e as pessoas envelhecidas passam a ser olhadas com maior respeito.

Essas mudanças repercutiram positivamente no Brasil e, no final de década de sessenta, o Brasil também já tem assimilada a noção francesa de idoso e passa a utilizar o termo em alguns documentos oficiais.

Terceira Idade é então, a nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento, caracterizada por um envelhecimento ativo e independente, voltado para a integração e a autogestão. Constitui um segmento geracional dentro do universo de pessoas consideradas idosas, ou seja, são os “velhos jovens” com idade entre sessenta e oitenta anos. Já os idosos com mais de oitenta anos passaram a compor a Quarta Idade, os “velhos velhos”, essa sim, identificada com a imagem tradicional da velhice.

Vale ressaltar que estão excluídos da categoria de terceira idade os indivíduos com sinais de decrepitude e senilidade.

Recorrendo aos estudos de Dias (1998), podem-se apontar algumas representações sobre a velhice, fazendo um paralelo entre o significado social de ser velho e o estar na terceira idade.

O ser velho representa um conjunto de atribuições e transformações negativas que estão ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social o velho está diretamente associado à estagnação e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que também levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que por todos esses motivos fez opção pela passividade.

Cabe aqui um parêntese, cuja finalidade é chamar a atenção para um movimento que vem se delineando nos dias atuais, sinalizando uma valorização do idoso, no sentido da desconstrução dessa imagem negativa do aposentado. O aumento da taxa de desemprego que vitima a população jovem nos últimos vinte anos faz com que os benefícios previdenciários dos idosos, em muitos casos, sejam a única fonte de renda das famílias. (CAMARANO, 2002).

Na representação negativa da velhice, aos idosos, enquanto grupo, são atribuídas as características ruins do pior estágio da velhice como a doença crônica, a incompetência, a dependência, a incapacidade física e mental. Como assinala Norbert Elias (2000), no seu estudo sobre os estabelecidos e os outsiders, o grupo dominante se afirma pelo que há de melhor em seu conjunto e estigmatiza e exclui os outros por serem diferentes, não por suas

características individuais, mas por pertencerem ao grupo dos diferentes que são considerados inferiores. Inclui-se aqui o seu esclarecimento sobre essa questão:

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” [...]. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, [...]. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim” (ELIAS, 2000:22-23).

Configura-se dessa forma uma desqualificação do idoso, que vai desembocar na estigmatização e justificar as várias interdições que lhe são impostas além de, sutilmente, imputar-lhe a responsabilidade por sua exclusão. Essa representação pretende universalizar um processo que é individual: o processo do envelhecimento. Cada velhice tem suas características próprias decorrentes da história de vida de cada um, das opções feitas, dos acidentes do presente, das possíveis doenças e do contexto social.

Num movimento de oposição à velhice e toda a carga de representação social negativa e depreciativa que ela traz consigo, a expressão Terceira Idade, uma criação da sociedade contemporânea, vem dar uma nova conotação a esta fase da vida que oficialmente começa aos sessenta anos de idade. O aumento da longevidade, decorrente de inúmeras conquistas nos campos social e da saúde, criou demandas de políticas públicas diferenciadas no tratamento da questão do envelhecimento e de serviços focados nesse segmento populacional. É na verdade, uma redefinição dos conceitos e das concepções sobre o envelhecimento e diz respeito a novas formas de viver essa etapa da vida, formas essas que devem estar associadas ao prazer e às realizações pessoais. Para os aposentados, significa também um novo sentido para o tempo da aposentadoria focalizando atividades voltadas para o lazer, respaldadas no salário aposentadoria.

Dessa forma, é pertinente a reflexão de Dias (1998) no que diz respeito ao eufemismo da expressão *estar na terceira idade*. Ela traz consigo uma roupagem atraente: é o envelhecimento moderno que pensa essa fase da vida a partir de uma nova perspectiva, vinculada a ações positivas como participar, questionar, mudar e evoluir, onde o idoso ocupa uma posição ativa dentro do seu processo de envelhecimento, tornando-se responsável pelo seu estilo de vida. Diz respeito também à aceitação das limitações sob o aspecto biológico, no vislumbamento da possibilidade de busca de novas alternativas e adaptação às perdas; a busca de novas práticas visando o autodesenvolvimento e a auto-realização e a busca também de novos espaços onde houver possibilidades de expressão.

Para esta nova leitura do envelhecimento concorreram certos fatores como as mudanças na política social que, além de reduzir a idade para aposentadoria, passou a incluir um número maior de indivíduos beneficiários. A expressão Terceira Idade traz consigo uma convocação a práticas de atenção e cuidados com a saúde, vida social ativa e exercício da cidadania na busca de um envelhecimento com boa qualidade de vida.

Essa nova terminologia concorre para o estabelecimento de novas necessidades e aspirações para os indivíduos idosos, todas elas ligadas a uma auto-imagem positiva. Portanto, pretende-se associada ao lazer, a realização de planos que ficaram para trás por circunstâncias adversas durante o curso de vida, a aposentadoria ativa. Mas, de forma sublinear está também associada ao retardamento e a negação da velhice.

É pertinente aqui uma reflexão sobre o caráter instrumental e utilitarista dessas representações. Como sugere Balandier (1992), as produções do imaginário materializam-se nas instituições e nas práticas e são utilizadas em proveito da ordem social e do poder. Podemos perceber então nas representações da Terceira Idade, que o imaginário criado sobre essa fase da vida sugere ao indivíduo que envelhece que a velhice é uma questão de responsabilidade e competência pessoais. A auto-gestão da velhice deve obedecer aos ensinamentos de prevenção e cuidados relativos ao envelhecimento. É colocado para consumo, à disposição desse segmento, todo um arsenal de produtos e serviços para mascarar o envelhecimento. Clínicas e academias com tratamento de rejuvenescimento, dietas, medicamentos, cosméticos, cirurgias plásticas, livros de auto-ajuda e toda sorte de artifícios e estratégias que prometem, não só adiar o envelhecimento, como também a eternização da juventude. A subjetividade produzida nessa representação onde só é velho quem quer, tem o poder de desencadear angústias que podem levar o indivíduo a se culpar por sua velhice. É o que Debert (1999) muito apropriadamente chamou de reprivatização da velhice, uma vez que, depende do nosso autocontrole ficar ou não velho, isentando assim, o Estado e a sociedade de qualquer responsabilidade nesse processo. Torna-se quase uma obrigação se comportar, sentir e ser como jovem, num desprezo total às perdas inexoráveis vindas com a velhice. Tem mais chances de reconhecimento social o velho capaz, com autonomia, sendo destinado ao descaso o velho incapacitado.

A mídia, grande parceira das representações, se encarrega de difundir uma visão fantasiosa de um envelhecimento bem sucedido, com independência e grandes possibilidades de novas atividades atraentes ao alcance de todos indiscriminadamente, trazendo também propostas de adiamento interminável da velhice e a imposição de estilos de vida. Em seu trabalho Baczko (1985) enfatiza o papel da mídia nesse processo, afirmando que a dominação

simbólica é garantida através de valores, de crenças e da persuasão. Conforme sua argumentação, as identidades coletivas, formadas no imaginário social por meio de um sistema simbólico, podem ser amplificadas e canalizadas para os interesses do grupo dominante com o auxílio da propaganda moderna e todas as possibilidades técnicas, culturais e políticas, confirmando a legitimidade do poder desse grupo.

O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as actividades individuais e colectivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças. [...] Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle desses meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças (BACZKO, 1985:312-313).

Barreto (1992) denuncia a ideologia do espírito jovem segundo a qual, para ser valorizado, o velho tem que negar a velhice e identificar-se com o jovem de alguma forma. A contradição aparece quando, apesar do espírito jovem, o corpo envelhecido afasta os jovens. O imaginário social é colocado através da mídia, comparando o idoso ao jovem, negando o envelhecimento e buscando a fórmula da eterna juventude, utilizando o velho para atingir outro tipo de público, muitas vezes descaracterizando-o e apresentado-o com deboche. Um dos aspectos agravantes dessa situação é que esta caricatura debochada retira dos idosos a sobriedade e desperta contra eles o desprezo e a repulsa.

A autora chama atenção para essa tendência de comparação do idoso ao jovem, exemplificando com as formas de representação do corpo envelhecido na nossa sociedade. Tais representações se configuram de acordo com a classe social do sujeito.

O corpo burguês é bonito, bem cuidado, recebe todo tipo de cuidado, tanto mais quanto mais próxima a velhice. [...] O corpo burguês é “produzido”, termo que já passou à gíria entre os jovens dessa classe. Beleza é o seu valor máximo, o corpo é a aparência do corpo. Para os ricos, especialmente entre as mulheres, a velhice surge, de início, como uma ameaça (perda de atrativos); depois, como um alívio, pois permite e justifica o abandono do controle excessivo sobre o corpo, com tanta dieta, tanto exercício, tanto modismo [...] (BARRETO, 1992:22).

A autora assinala ainda que para as pessoas mais simples, as da zona rural, onde a produção social da velhice é fundamentada na necessidade do trabalho, o envelhecimento é

visto e sentido como a perda da saúde e da capacidade de trabalho. Já as perdas da beleza e da juventude são aceitas mais facilmente. Por outro lado, nas classes operárias a representação do corpo envelhecido

[...] mostrará a negação da velhice, pois ele recebe todo o impacto de “como deve ser o corpo” através da TV e das revistas que consome, não tendo, como os mais ricos, poder para comprar tudo aquilo que é anunciado para manter o “corpo padronizado” que a propaganda lhe impõe. Como o corpo do camponês, o seu é um corpo para o trabalho, mas atualiza em si o conflito social, tentando a “conservação”, ideal da classe dominante (BARRETO, 1992:28).

Dessa forma, o idoso é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Por meio de um controle e manobras dissimuladas, regras de vestuário e comportamento lhes são impostas levando-o a conformar-se com a imagem que a sociedade constrói para ele.

Como sugere Salgado (1982), a sua maneira cada indivíduo idoso elabora esquemas e estratégias de adaptação pessoal à velhice. Esses esquemas serão o reflexo de toda a sua história de vida, portanto, poderão ser mais ou menos construtivos e socialmente positivos.

Pode-se afirmar que a simbologia das representações sociais determina a forma como a sociedade encara o processo de envelhecimento, o valor dado ao indivíduo que envelhece e ao velho. Essa representação da velhice determina também o tipo de relação que a família, célula dessa sociedade, estabelecerá com seus idosos. Certos mitos sociais são construídos de forma a respaldarem, naturalizando, tipos de comportamentos de determinados grupos em relação a outros, podendo levar a aceitação generalizada da injustiça. É ilustrativa a citação a seguir:

A natureza e o conteúdo dos mitos aceitos como objetivamente verdadeiros por diferentes categorias sociais são fortemente afetados pela localização dos indivíduos no sistema social. [...] Estes mitos, que isentam os indivíduos da construção de justificativas individuais para a injustiça, em geral, se baseiam no supremo bem da coletividade (CARDIA, 1994:26).

A natureza dessas relações tem um efeito direto na qualidade de vida ² dos velhos.

² Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) “qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida e no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FLECK, 1988).

A PRESENÇA DO IDOSO NA FAMÍLIA

Diante do aumento da expectativa de vida, os papéis familiares no mundo atual modificaram-se dada a complexidade de situações criadas por fatores socioculturais e econômicos que afetaram diretamente a dinâmica familiar. Implicações econômicas resultantes de uma série de mudanças como as inovações tecnológicas e as transformações nas relações de trabalho, contribuíram para a crise do emprego que acomete a sociedade contemporânea, caracterizada pela diminuição e/ou fechamento de vagas no mercado de trabalho. Essas circunstâncias, aliadas a outros determinantes socioculturais, vêm contribuindo de maneira relevante para as alterações na composição e recomposição da família moderna. Estes rearranjos familiares denominados de família ampliada são provocados pelo retorno de filhos à casa paterna, ou famílias que assumem os avós maternos ou paternos em seu convívio familiar. Dentre as causas que levam a esses rearranjos familiares podemos citar a entrada da mulher para o mercado de trabalho, divórcios, viuvez, gravidez fora do casamento, desemprego, pauperização dos pais e dos avós e questões de doenças na família.

“A coabitação”, como afirma Peixoto, (2004:76), “é, assim, um elemento que muito contribui para a solidariedade familiar tanto nos períodos mais difíceis da vida dos filhos quanto na viuvez dos pais, principalmente da mãe”.

Entre os novos arranjos familiares está a família ampliada que vem a ser aquela acrescida de avós, netos, cunhados, tios, sobrinhos, primos, enteados, como também a diluição das famílias nucleares quando são acrescidas de avós. São muito frequentes nos nossos dias esses tipos de rearranjos familiares que incluem os idosos. O contato, por meio de pesquisa, com grupos de terceira idade ³ permite fazer algumas considerações a respeito do novo desafio imposto à família da sociedade moderna que é conviver e interagir com os indivíduos longevos numa sociedade que supervaloriza o jovem, o belo, o forte e produtivo, onde ser velho significa incapacidade e improdutividade, portanto, descartabilidade.

³ Os contatos da autora desse estudo com grupos de idosos se deram, de início, através de trabalho voluntário, e num segundo momento, por intermédio de um trabalho acadêmico, em 2004. Na oportunidade, foram investigadas as relações familiares das pessoas idosas do grupo de convivência Recordar é viver. Esse grupo faz parte do Programa Vivendo a Melhor Idade da PMV, e funciona num bairro de periferia do mesmo município.

À família⁴, eixo central da organização social, cabe a tarefa de absorver esse momento histórico de transição demográfica e reorganização da composição familiar. Apesar de todas essas mudanças acredita-se que a família ainda é a instituição social onde as relações interpessoais são mais intensas, propiciando emoções fortes e conflitos profundos capazes de promoverem a reflexão e a reelaboração de formas de comportamentos. Considerando a solidariedade familiar de extrema importância para os idosos, no sentido de contribuir para a manutenção de sua participação e integração na sociedade, Peixoto (2004:74) afirma que

Se o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda, se o orçamento público para as políticas sociais diminui a cada ano, se o seguro-desemprego e o seguro-doença são ínfimos, e se os raros programas sociais existentes são destinados a uma parcela restrita da população brasileira, a família é o único apoio que resta.

Dessa forma, auxiliando-os, na medida do possível, no seu processo de adaptação e compensação permanentes diante das mudanças biológicas naturais, e das mudanças sociais, a solidariedade familiar pode constituir-se em importante fonte de apoio, que refletirá numa boa qualidade de vida.

A Constituição Federal de 1988, no Cap. VII, Art. 230, é clara ao nomear as instituições responsáveis pela preservação da integridade física e moral dos idosos, e em seu texto, a família vem em primeiro lugar: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988:127).

Há que se chamar atenção para as limitações da família contemporânea nesta tarefa de responsabilizar-se pelo amparo e apoio aos seus velhos. Face às dificuldades decorrentes da precariedade das políticas sociais brasileiras e de fatores econômicos como o desemprego e a pauperização que acometem um grande número de famílias, a privatização, no âmbito familiar, da responsabilidade desses cuidados, muitas vezes acaba em prejuízo desses idosos devido aos poucos recursos materiais e psicossociais das suas respectivas famílias. Essa é uma responsabilidade a ser dividida entre o Estado, a sociedade e a família. À medida que a sociedade vai mudando, impõe-se a necessidade de um ajuste das políticas públicas para

⁴ Os dados das PNADs [Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio] do IBGE definem famílias como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residam na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que more só em uma unidade domiciliar (domicílio particular permanente) (CAMARANO, 1999: 22).

acompanhar e sustentar essas mudanças. Alguns autores são enfáticos ao afirmar que a família, por si só, não se encontra em condições de dar conta dessa problemática, como demonstra a citação a seguir:

Esta solidariedade familiar, [...], só pode ser reivindicada se se entender que a família, ela própria, carece de proteção para processar proteção. O potencial protetor e relacional aportado pela família, em particular em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas (CARVALHO, 2003:19).

A autora pontua como atenções básicas necessárias à família uma rede de serviços de apoio psicossocial, social e jurídico, para atender, tanto as demandas de saúde mental e de lazer socializante, como as demandas de justiça; programas de complementação de renda, e de geração de trabalho e renda fundamentados na educação popular e capacitação profissional para o fortalecimento da autonomia familiar.

Em função da própria dinâmica dos grupos e da plasticidade do ser humano as coisas nunca permanecem iguais, e a família precisa ser instrumentalizada para conviver da melhor forma com os novos elementos que chegam, com suas necessidades e diferenças. A despeito das mudanças sofridas nas instituições familiares, esses idosos, provenientes de uma época em que a família era ampla, ainda preservam valores básicos de reprodução, socialização, cuidado, proteção e ajuda econômica. Valores esses que nada mais são do que as valorizações afetiva, efetiva e social da família e que eles tentam resgatar para a atual família em que estão hoje inseridos. Relatos de idosos participantes de grupos de convivência⁵ com os quais a autora deste estudo teve contatos mostram que eles, em sua maioria, são oriundos de famílias numerosas, nas quais o convívio intenso e constante entre gerações era baseado em fortes laços afetivos, na cooperação, no respeito à hierarquia familiar, e o contato freqüente com os demais membros aparentados fazia parte do cotidiano. Para o idoso, a família ainda representa a principal fonte de ajuda e apoio para seus membros, portanto quanto mais integrado ele estiver no seio familiar, maior será sua satisfação e melhor a sua qualidade de vida. A família é potencialmente o mais afetivo sistema de apoio ao idoso, portanto, é de suma importância seu papel na valorização desses indivíduos.

⁵“Os grupos são o meio pelo qual as pessoas mais velhas pertencem a algo maior do que elas próprias ou sua família. Servem como canal através do qual o indivíduo pode agir em uníssono com os demais para expressar um ponto de vista, realizar tarefas, usufruir experiências que são possíveis através de grupo e se fazer ouvir na comunidade e no mundo, sentir-se útil e vivo “ (KONOPKA, 1998:286).

Recebendo a devida atenção das políticas públicas, a família poderá vir a ter condições de viabilizar “suas possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculos relacionais” (CARVALHO, 2003:19). Dessa forma ela poderá estabelecer com seus idosos uma relação voltada para a sua inserção, cultivando neles o sentimento de pertença.

A presença do idoso na família pode ter muito a contribuir para o grupo, uma vez que ele, além de ter uma história pessoal a oferecer ao ambiente, representa ainda a história da estrutura familiar em si. São eles, os transmissores de crenças, valores que contribuem para a formação de indivíduos conscientes de suas raízes ajudando a construir seus referenciais sociais. Os idosos representam na verdade, a memória da família, do grupo, da instituição e da sociedade. Salles e Faria (1997:144) lembram que:

A presença de um ser diferente [...] pode alterar a dinâmica familiar, tornando-a instável e as reações dos membros também sofrerão mudanças de acordo com cada individualidade. Entretanto, essa presença também pode fortalecer as relações e ressignificar os valores familiares. A importância do relacionamento familiar reside na sua contribuição para cada membro, tornando possível a interação e as realizações individuais e grupais.

A necessidade de as famílias contarem com a colaboração dos avós nos cuidados diários dos netos possibilita relações intergeracionais e um aprender recíproco através do convívio e do diálogo. Mesmo com suas possíveis limitações físicas e financeiras, o idoso, muitas vezes é o responsável pela manutenção dos filhos e pela criação e educação dos netos. Face às dificuldades relativas ao mercado de trabalho enfrentadas pelos mais jovens, o idoso, em algumas situações, encontra-se expressivamente em melhores condições de vida financeira do que aqueles. Ele é, geralmente, o proprietário da moradia que abriga os filhos, netos, genros ou noras, e quem tem um rendimento fixo, mesmo que insuficiente, ao final do mês: a aposentadoria. Baseada nos resultados de sua pesquisa sobre essa temática Peixoto (2004:81) afirma que “[...] diante do aumento das taxas de desemprego e de divórcio, a casa dos pais se transformou em lugar de suporte socioeconômico e afetivo, tanto para os filhos quanto para os netos”.

Esse suporte familiar, proveniente dos benefícios previdenciários é, ainda, muitas vezes complementado com algum tipo de trabalho informal executado pelos próprios idosos. Camarano (2004:69) ao abordar a participação do idoso na economia familiar enfatiza que essa contribuição tem crescido ao longo do tempo: “Em 1980, a contribuição do rendimento do idoso na renda da família foi de 46,6% e passou para 58,5% em 2000”.

Analisando os reflexos da aposentadoria sobre a possível desconstrução da imagem negativa dos idosos, Camarano (2002:70) afirma que:

[...] pode-se dizer que o aumento da longevidade conjugado com o momento pelo qual passa a economia brasileira, com efeitos expressivos sobre o jovem, tem levado o idoso a assumir papéis não esperados nem pela literatura, nem pelas políticas. Isso faz com que a associação entre envelhecimento e aumento da carga sobre a família e o Estado não se verifique de forma tão direta.

Porém, sabe-se que apesar de colaboradores e participantes da dinâmica familiar, nem sempre é assegurado a esses idosos um convívio baseado no respeito e na preservação da dignidade. O fato de morarem com familiares não é garantia da presença do prestígio e do respeito nem da ausência de maus tratos. São freqüentes as denúncias de violência contra idosos, registradas nas delegacias especializadas para tratar dessas questões. Insultos, agressões físicas, humilhações, tratamentos infantilizados, exploração material e discriminação que os vitimam nos seus próprios domicílios são os registros mais comuns. Podemos dizer que, muitas vezes, não lhes são assegurados os direitos civis nem no próprio espaço familiar.

O que leva a tais comportamentos e atitudes para com a pessoa idosa? Quando se trata do idoso, por que as noções de direito, de justiça e cidadania, parecem não estar presentes?

AS RELAÇÕES DE PODER

O endeusamento ou depreciação do velho faz-se presente nos estereótipos do velho bonzinho ao velho chato ou ranzinza e do velho assexuado ao velho assanhado.

Simone de Beauvoir (1990) é bastante enfática ao refletir sobre as imagens sociais dos idosos. Segundo a autora se os velhos manifestam desejo, sentimentos e reivindicações como o jovem, eles escandalizam. O amor e o ciúme sentidos por eles parecem odiosos, a sexualidade repugnante, a violência irrisória. Eles devem dar exemplo de todas as virtudes e ainda “[...] exige-se deles a serenidade; afirma-se que possuem essa serenidade, o que autoriza

o desinteresse pela sua infelicidade”. (BEAUVOIR, 1990:10). A outra imagem, também negativa é

[...] a do velho louco que caduca e delira e de quem as crianças zombam. De qualquer maneira, por sua virtude ou por sua objeção, os velhos situam-se fora da humanidade. Pode-se, portanto, tratá-los sem escrúpulos, recusar-lhes o mínimo julgado necessário para levar uma vida de homem.

Um outro aspecto deste olhar negativo da sociedade sobre este segmento populacional nos fala do ônus social representado pelos idosos. Tal ônus (uma questão real, porém, potencializada pela representação social na construção da imagem negativa dos idosos), se materializa em gastos para o Estado, para a Previdência, para a família e para os trabalhadores em exercício de suas funções que se sentem obrigados a se responsabilizar pela manutenção desses trabalhadores, considerados, na linguagem preconceituosa, inativos. Para Elias (2000) a estigmatização verbalizada em nomes pejorativos e apelidos depreciativos envergonha e implica inferioridade, determinando o tipo de relação estabelecida entre os grupos sociais. Na verdade, a estigmatização é um recurso utilizado na luta pelo poder, onde determinado grupo (s) social (s) busca assegurar privilégios e prestígio em detrimento de outro (s) grupo (s).

No presente caso, tratam-se de grupos de idosos, e de grupos de não idosos que, na linguagem de Elias (2000) seriam, respectivamente, os outsiders e os estabelecidos onde, estes últimos, construíram todo o arcabouço da representação negativa dos velhos, criando os diferenciais de poder e de exclusão. Camuflando e/ou embelezando seus interesses e objetivos, instrumentalizando-se na simbologia da representação social, instala-se essa luta velada pela ocupação e garantia do poder social e de todos os privilégios dele decorrentes.

É importante ressaltar que o poder não está, necessariamente, ligado à velhice e a não velhice. Determinadas categorias de idosos como, por exemplo, os ricos, os dirigentes políticos e/ou religiosos, os intelectuais, e outros que tenham destaque na sociedade, podem fazer parte do grupo de estabelecidos apesar da idade cronológica. Portanto, quando se apresenta a dicotomia idosos/não idosos na análise das relações de poder, por idosos, entenda-se neste contexto específico, os indivíduos envelhecidos que não pertencem às categorias acima mencionadas.

Esse tipo de relacionamento que a sociedade mantém com os cidadãos dessa faixa etária, define as relações de poder entre os grupos de idosos e não idosos.

Tal afirmação encontra suporte em Baczko (1985:309) onde ele assinala que essa “é uma das respostas da coletividade aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”. Desse modo, a representação social constitui um apelo à ação e ao comportamento de uma determinada maneira, modelando-os conforme a adesão a um sistema de valores que conduz a uma ação comum.

A exclusão e a estigmatização do grupo de idosos, que representam os outsiders na linguagem de Norbert Elias, são as armas para preservar a identidade e a superioridade dos não idosos. Configura-se aqui, de modo subjetivo, uma fonte de diferencial de poder dissimulada: a velhice colocada como incapacidade, fragilidade e doença. A construção social desses diferenciais de poder entre idosos e não idosos, na contemporaneidade, se dá através da supervalorização da juventude, da força física e da beleza. O que difere os idosos, esses outsiders, em relação ao grupo de não idosos, os estabelecidos, é a idade avançada com tudo que ela implica e que a realidade social rotula negativa e discriminatoriamente. Do outro lado, os estabelecidos, compõem o grupo de indivíduos jovens e adultos com perfil exigido pelo contexto social. Portanto, o diferencial de poder está na posse das características do perfil de um indivíduo jovem e na associação com tudo que essa juventude implica. A representação por si só, consegue criar “[...] a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos” (ELIAS, 2000:21).

O grupo dominante impõe às pessoas idosas seu estatuto com a convivência e a cumplicidade do restante da sociedade. Argumentando na mesma direção, Chartier (1993), afirma que a representação imagética por meio de símbolos, mitos e ritos, conota uma história comum e cumpre uma função integradora, reforçando o sentimento de grupo e ajudando a forjar valores identitários para dar coesão a esse grupo. Complementa essa reflexão afirmando que, por representação social entende-se “[...] as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...]” (CHARTIER, 1993:23).

Muitos são os símbolos que compõem o imaginário social a respeito das pessoas idosas, dando origem a variados mitos, preconceitos e crenças. A maior experiência e vivência desses indivíduos dão margem à crença de que eles têm menores probabilidades de erros na lida com o cotidiano, criando uma expectativa sobre seus comportamentos, que nem sempre corresponde à realidade deles. E é bom frisar que os conhecimentos e a experiência acumulados são trunfos para os velhos, representando em algumas situações uma moeda com potencial para garantir seu espaço social. Por sua vez, aqueles dependentes da família ou do

Estado, que não têm instrução nem poder de espécie alguma, passam a ser considerados um fardo e não são valorizados socialmente.

A autora Goldfarb (1998), preocupada com a infantilização e a desqualificação do velho, aborda uma outra face da questão. Tendo em vista que a maioria das ações voltadas para o idoso visa apenas o entretenimento, ela conclui que a sociedade, por acreditar na inutilidade dos seus velhos tenta mascará-la com atividades exclusivamente lúdicas, desprezando a sua experiência e seus conhecimentos acumulados. Vale registrar, que as atividades de entretenimento também devem compor os programas de atenção aos idosos. Porém, tais programas não devem se limitar a essa abordagem, exclusivamente.

Gilberto Freyre (1973), ao abordar esse assunto, denuncia o desprezo pelo idoso impregnado na cultura nacional dos três últimos séculos. Segundo ele, o idoso é visto sob a lógica da produção como inutilizado pelo tempo, tempo esse, estritamente econômico, ligado a incessante produção de dinheiro e ao trabalho físico, produtivo também de valores materiais. Em sua análise, são discutidos os efeitos da revolução biossocial nas relações estabelecidas entre os atuais grupos de idade os quais ele denomina “[...] pátrias no tempo semelhantes às que dividem os homens no espaço; [...]”. (FREYRE, 1973:20). Segundo o autor, a revolução biossocial tende a dar uma nova interpretação e um novo direcionamento para essas relações a partir de novas dimensões de tempo e de novas noções de valor.

De acordo com suas palavras, são três os tipos de pátrias no tempo, a saber:

[...] o dos constituídos pelos muito jovens; o dos constituídos pelas gentes de meia-idade: espécie de alta burguesia no tempo, com tendências a dominarem os muito jovens e os muito idosos; o dos constituídos pelos idosos que, lúcidos e favorecidos por crescente aumento de média de vida e de conservação de saúde, se consideram com o direito de agir, de participar, de intervir na política, nas artes, no pensamento gerais; [...] (FREYRE, 1973:20).

As gerações política e economicamente dominantes, chamadas déspotas por Gilberto Freyre, são uma espécie de classe média ou equivalente de burguesia no tempo. Ainda segundo o autor, essa classe, entre vinte e cinco anos até os sessenta ou setenta anos, caracteriza-se por ser defensora de interesses como a ordem, a organização e a estabilidade contra os impactos vindos dos mais jovens e dos idosos. Contra o despotismo dessas gerações intermediárias dominantes, formam-se alianças em termos psicossociais de gerações de netos e equivalentes de idosos. Os primeiros, por seu espírito libertário, lutam contra a tirania dos pais. Os últimos, em virtude de sua atualização, tendem a promover uma mobilidade social de

um status associado à inércia decorrente da falência biológica tida como inevitável, para uma posição de renovação e criação. Passam então a rivalizar com a burguesia no tempo, ou seja, com os de idade madura, incomodando, na medida em que abalam as tendências estabilizadoras e o equilíbrio da sociedade moderna em transição para a sociedade pós-moderna. Configura-se aí a luta contra o domínio exclusivo dos filhos em todas as instâncias da vida em sociedade. Daí, as alianças entre netos e avós, uma vez que ambos se identificam na luta pelo poder contra o mesmo opositor: a burguesia no tempo.

Admite-se como interessante e pertinente a análise do autor. Porém, deve-se ressaltar que na sociedade contemporânea, essas alianças, quando ocorrem, dificilmente se dão no intuito de transformar ou pressionar o grupo que está no poder, os de meia idade, no sentido do reconhecimento e da valorização social do idoso. O grupo dos muito jovens utiliza-se do grupo de idosos para conseguir seus objetivos que, apesar de se tratarem também de questões de poder, se dão numa outra esfera. As questões dos idosos passam obrigatoriamente pelo direito à cidadania e pela exclusão social, enquanto as questões dos muito jovens estão relacionadas, na maioria das vezes, com a busca de autonomia frente ao dirigismo paterno pautado nas normas sociais de civilidade e de comportamento, bem como a conquista de autonomia contra a conformidade com a ordem social e com a ideologia dominantes. Quando os avós passam a representar uma carga para a família, os mais jovens acham injusto se sacrificarem por eles e manifestam abertamente sua hostilidade.

Analisando as relações de poder entre idosos e não idosos, onde se incluem também os muito jovens, é possível perceber uma cumplicidade dos dois últimos grupos com o estatuto do velho que é estabelecido pelo grupo dominante e referendado pela comunidade. Tal estatuto é institucionalizado pelo Estado através de leis que falam do lugar que o velho ocupa nessa sociedade, como Beauvoir (1990:108) expressa muito bem:

É o sentido que os homens conferem a sua existência, é seu sistema global de valores que definem o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívocos a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e fins.

Barreto (1992) denuncia uma representação da velhice em que a descrição do velho é apresentada de forma lírica e romântica, como doces velhos, com doces memórias de um doce tempo, eximindo a sociedade de qualquer responsabilidade. As condições reais do velho são ignoradas. Pode-se deduzir então, que qualquer que seja a representação social do idoso na

nossa sociedade, seja a associada a aspectos negativos ou a aspectos românticos, da maneira como é construída, leva à atitudes preconceituosas e de exclusão para com esse segmento etário. A autora sugere ainda que esta representação da velhice, tendo como pano de fundo a descartabilidade e a valorização do novo, é potencialmente capaz de desenvolver a gerontofobia⁶, onde o velho reconhecido é o disfarçado de jovem.

A veiculação dos estigmas da velhice através de novelas, programas humorísticos, além de uma produção literária que costuma tratar o velho com deboche, funcionam como subsídio para alimentar um conjunto de crenças e opiniões negativas sobre o indivíduo envelhecido.

Paralelamente à veiculação dessa imagem negativa, assiste-se pela mídia, ao chamamento de idosos aposentados para contraírem empréstimos bancários. Já existe, inclusive, o *Crédito Eletro Melhor Idade* que convida os idosos a efetuarem compras a prazo, pelo telefone, com entrega em domicílio, tendo as parcelas debitadas no benefício do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Esse fenômeno é um claro sintoma da atual conjuntura econômica nacional. Ou seja, o cliente, na condição de aposentado, apresenta-se como um investimento seguro para as empresas, uma vez que ele tem um rendimento mensal vitalício, convertendo-se, portanto, num novo nicho de mercado. Os estudos de Camarano (2002:62 e 64) revelam que:

Foi observado que as famílias brasileiras com idosos estão em melhores condições econômicas que as demais. Por isso, reconhece-se a importância dos benefícios previdenciários que operam como um seguro de renda vitalício. Em muitos casos, constitui-se na única fonte de renda das famílias [...]. Por outro lado, o aumento da exclusão e da limitação das oportunidades para os jovens em curso no país nos últimos vinte anos tem sido expresso, entre outras coisas, por elevadas taxas de desemprego e subemprego da população adulta jovem presente [...].

Néri (1991) destaca nas suas análises sobre a veiculação dos estigmas da velhice, um fenômeno conhecido como *ageism*⁷ que fundamenta-se na falsa idéia que associa obrigatoriamente declínio biológico com deficiências comportamentais, valorizando uns grupos em detrimento de outros. A autora incorpora os estudos de Schonfield (1980) ao apropriar-se de sua definição de *ageism*: “[...] uma atitude com aspectos negativos e dificilmente com aspectos positivos, demonstrando preconceito contra membros de um grupo

⁶ O termo se refere à aversão a tudo que se relaciona com a velhice humana.

⁷ Termo de origem inglesa que significa discriminação com base na idade, especialmente com relação às pessoas de meia-idade e idosas.

de idade cronológica” (NERI, 1991:57). O fato é que ninguém quer envelhecer, e até o próprio velho acha que velho é o outro, não ele.

Conforme reitera Barros (1998), essa identidade construída arbitrariamente a partir de aspectos negativos, demonstra o poder de um grupo em rotular e excluir socialmente outro grupo, configurando a luta entre dominados e dominadores. Gilberto Velho (1999:25) confirma esse relacionamento conflituoso: “Na medida em que se aceite a existência do *Poder* em qualquer grupo social, constata-se uma tensão permanente entre os seus atores”.

Pode-se depreender das práticas sociais alusivas aos idosos que, mais do que a idade cronológica, são valores e conceitos depreciativos que definem o estigma da velhice. A imagem dos velhos é construída pelo grupo mais forte, e definida pela feiúra, doença, impotência e ausência de poder. Haja vista o lugar privilegiado reservado aos indivíduos que, mesmo tendo passado dos sessenta anos, são respeitados socialmente. São aqueles

[...] indivíduos que ocupam posições superiores na vida política ou entre artistas e intelectuais. [...], o poder, considerado em termos da posição que o indivíduo ocupa na hierarquia política do país ou na hierarquia de um grupo intelectual e artístico, não torna o velho alvo de acusações e de rotulações estigmatizadoras de velhice (BARROS, 1988:140).

Na relação idosos/não idosos os conflitos e as tensões ligados às relações de poder poderão ser mais ou menos intensos de acordo com grau de interdependência existente entre os dois grupos. De acordo com Elias (2000) quando a dependência é quase unilateral por parte dos outsiders, o que significa um diferencial de poder muito grande, e não tendo estes, na ótica dos estabelecidos, nenhuma função utilitária, eles (os outsiders) são excluídos da sociodinâmica da relação entre os grupos.

Em algumas sociedades primitivas os velhos representam a transmissão oral das tradições, experiências e conhecimentos acumulados, o que lhes confere valor e respeito assegurando-lhes um lugar de destaque na escala social. Em outras, os idosos são respeitados enquanto conservam a saúde e a razão, sem os quais tornam-se inúteis e são abandonados. Debert (1999^a:48) afirma que o envelhecimento não era homogêneo nas sociedades primitivas sendo antes o reflexo da experiência individual. “Os que foram bem sucedidos ao longo de toda a sua vida gozarão, sem dúvida, de prestígio; os demais ficarão expostos e terão que conviver com o desafio e a falta de respeito dos parentes e vizinhos.” Considera ainda, que com a industrialização e o surgimento das políticas públicas sociais, como os fundos de pensão e posteriormente, a aposentadoria, os idosos ganharam prestígio nas suas famílias e na

sociedade. Sob esse ponto de vista, a modernidade trouxe ganho, se não de poder, pelo menos de prestígio.

Por outro lado, Beauvoir (1990:468 e 470) considera que em consequência da modernização e automação da sociedade, o idoso se encontra exposto a um processo de desqualificação: “A aceleração da história perturbou profundamente a relação do homem idoso com suas atividades. [...]. O indivíduo não tem condições de acompanhar essa corrida na qual o projeto ressuscita indefinidamente em seu frescor”.

A sua experiência acumulada e o patrimônio cultural da comunidade que o idoso traz na memória já não encontram lugar nem utilidade. Deixaram de ser valorizados no mundo em mobilidade acelerada como o de hoje. Face às constantes mudanças, o idoso se vê necessariamente atrasado em relação ao seu tempo e acaba por ser deslocado para a margem da sociedade. A rapidez das mudanças pode condenar o indivíduo à obsolescência na medida em que ele não consiga acompanhá-las. Quando a mudança coloca em questão seu passado e tudo que ele fez ou acreditou, sente-se no exílio.

Essa ambiência favorece a internalização do estigma da velhice pelo próprio grupo de idosos. Encontram-se suscetíveis aos sentimentos de tristeza e incompetência por não dominarem o presente e por se perceberem solitários num mundo onde são considerados inferiores, tratados como crianças ou como objetos. No entender de Elias (2000), o grupo mais forte além de construir uma representação de si próprio como sendo humanamente superior, consegue fazer com que o outro grupo internalize a sua inferioridade. Dessa forma, a medida do desequilíbrio de poder e da desigualdade de forças na oposição estabelecidos/outsiders, será determinante na configuração das relações entre esses grupos. É bastante elucidativa a citação a seguir: “Quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menos valor” (ELIAS, 2000:28).

As fantasias enaltecedoras e depreciativas desempenham, assim, um papel muito importante na configuração das relações de poder e são utilizadas pelos estabelecidos de acordo com seus interesses. Tomando como referencial os estabelecidos, o resultado é uma auto-avaliação negativa que acaba por colaborar para a internalização do sentimento de inferioridade humana. Além disso, alguns fatores contribuem para que determinados nomes dados aos grupos, que implicam em inferioridade, como apelidos depreciativos que envergonham ou rótulos pejorativos correspondam à realidade dos outsiders. No caso dos

idosos, destacam-se a debilitação física decorrente, muitas vezes, de poucos recursos⁸ disponíveis para tratar da saúde, considerando ainda a sua dependência da precariedade da previdência social; a perda do poder aquisitivo das aposentadorias que trazem uma série de conseqüências danosas à qualidade de vida; a pobreza; o baixo nível de escolaridade de uma parcela considerável da população idosa e a sua defasagem tecnológica em relação à cibernética e a microeletrônica. Esses seriam alguns dos veículos responsáveis pela materialização, até certo ponto, dos estereótipos que lhes são imputados. A degradação biológica, econômica e social aliada à tristeza decorrente da inutilidade que lhe é imposta, podem provocar no velho a repulsa por sua própria pessoa e pelos outros idosos. Essa internalização do estigma social enfraquece e fragiliza ainda mais esse grupo dificultando a coesão e uma possível reação no coletivo.

Acredita-se que a desconstrução destes mitos e crenças, que fornecem sustentação para o processo de marginalização e/ou exclusão deste segmento populacional, se efetivará a partir da reação dos próprios idosos provocando a mudança de mentalidade com relação ao indivíduo que envelhece. Este será sem dúvida, um processo lento, mas que já está em andamento. Born (2002:126) chama atenção para as mobilizações dos idosos nos últimos quinze anos, na busca de seus direitos e do exercício de sua cidadania:

[...] como foi o caso da luta aguerrida dos aposentados e pensionistas, em 1992, para conseguir reajuste de 147% nas aposentadorias e pensões, exigindo o mesmo percentual do aumento que havia sido dado para o salário mínimo. [...] tiveram também uma participação significativa na Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Por meio de uma organização que procurou atingir todo o território nacional, faziam chegar mensagens de todos os setores da sociedade civil à Assembléia Constituinte. Ao mesmo tempo, foram em caravanas à Brasília para apresentar sugestões aos próprios parlamentares [...].

Na medida em que os idosos, enquanto grupo social conseguem se fazer ouvir, provocam sua própria mudança e conseqüentemente, a quebra de preconceitos e mitos a seu respeito, viabilizando a abertura de caminhos para o resgate da sua cidadania e a conquista de seu espaço na família e na sociedade.

⁸ De acordo com Peixoto (2004:59). “[...] ao longo dos anos houve uma brusca ruptura entre a evolução das pensões de aposentadoria e a dos salários dos ativos, fazendo com que 12,2% da população de mais de 60 anos recebam até meio salário mínimo e 28% ganhem entre meio e um salário. Isso significa que 40,3% dos brasileiros dessa faixa etária são pobres.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKZO, B. A imaginação social. In: **Enciclopédia Eunaudi**, v. 5, Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Edição portuguesa, 1985, p. 296-332.

BALANDIER, G. **A desordem**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BARRETO, Maria Lectícia. **Admirável mundo velho**. São Paulo: Edit. Ática SA, 1992.

BARROS, M. M. L. de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: _____. **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998. parte III, p.113-168.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORN, T. Idoso e cidadania. In: BEOZZO, José O. et al. **Curso de Verão ano XVI: saúde, cuidar da família e da integridade da criação**. São Paulo: Paulus, 2002, parte IV, p. 111-137.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Edit. Perspectiva AS, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas S.A., 1988.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. E. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Edit. Guanabara Koogan, 2002.

CARDIA, N. Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania e a exclusão moral. In: **A cidadania em construção**. São Paulo: Cortez Edit., 1994.

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1991.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1993.

DEBERT, G. G.. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In:

_____. (Org.). **Textos didáticos. Antropologia e velhice**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n. 13, março. p.7-30, 1994.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade.

In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998. parte II, p. 49-68.

_____, A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, A. L; _____. (Orgs.) **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1999^a . p.41-68.

_____. Problema social e responsabilidade social. In: _____. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 195-231.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Edit. Sextante, 2000.

DIAS, A. C. G. Representações sobre a velhice: o ser velho e o estar na terceira idade, In: CASTRO, Odair P. (Org.). **Velhice, que idade é esta?** Porto Alegre: Edit. Síntese Ltda., 1998.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FREYRE, G. **Além do apenas moderno**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1973.

FLECK, M. P. de A. Qualidade de vida e a percepção do indivíduo.

Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL), Rio Grande do Sul, 29 set. 2003.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol.html>. Acesso em: 17 mar. 2005.

GOLDFARB, D. C. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Edit. Ltda.

<<http://www.fundaj.gov.br/tpd/117a.html>> Acesso em 2 set. 2004.

LIMA, A. M. M. **Saúde no envelhecimento**: o discurso sanitário nos programas de saúde. 1966. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velho e velhice segundo Brasileiros não idosos. Campinas, SP: Unicamp, 1991.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc. XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al. (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 2-12.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. M.L.de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69-84

_____. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 57-84.

_____. Processos diferenciais de envelhecimento. In: **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 9-12.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Gráfica Edit. Hamburg Ltda., 1982.

SALLES, R. A; FARIA, M^a Ester B. A família: base para a (re) habilitação profissional do deficiente auditivo. **Serviço construindo o social**. Bauru (SP), p. 139-158, ano 10, n° 1, 1997.

VELHO, G. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.